

*Ministério da Fazenda mantém proposta de valor do bônus para 2024*

*Fonte: Portal de notícias / SINDIFISCO NACIONAL*

*Data: 27/12/2023*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que não haverá alteração na proposta apresentada para o pagamento do bônus de eficiência em 2024: o governo mantém o teto de R\$ 4,5 mil para primeiro semestre e de R\$ 5 mil para os dois últimos trimestres. A afirmação foi feita em reunião nesta quarta (27) entre Haddad e Robinson Barreirinhas (secretário da Receita), Isac Falcão (presidente do Sindifisco Nacional), Sérgio Aurélio (coordenador do Comando Nacional de Mobilização), Anderson Novaes, presidente da Mesa Diretora do Conselho de Delegados Sindicais) e representantes do Sindireceita.

Na reunião, o governo também não apresentou proposta financeira para o bônus em 2025 e 2026. O ministro disse que vai alterar o texto do Decreto 11.454/23 no primeiro semestre de 2024 para que o decreto reflita “o pactuado com a categoria e a própria lei (13.464/17)”. O compromisso da mudança no decreto está disposto em ata de reunião assinada pelo Ministério da Fazenda – por isso, para 2025 e 2026, os valores para pagamento do bônus serão estabelecidos a partir dessas alterações no texto do decreto, considerando o disposto na lei vigente, de 2017.

## Greve

O ministro condicionou a implementação da proposta à suspensão da greve da categoria, deflagrada em 20 de novembro. De acordo com o registrado em ata: “O ministro deixou claro que, sem as suspensões da greve e engajamento dos auditores e analistas desde o início de 2024, todo o planejamento do Ministério da Fazenda de valorização da RFB e fortalecimento do órgão ficarão prejudicados desnecessariamente.”

A categoria será chamada para deliberar sobre essa proposta em Assembleia Nacional que deve ser realizada ainda esta semana.

Esta é a terceira vez, este ano, que o ministro Fernando Haddad se reúne com os representantes dos Auditores-Fiscais. Após 7 anos de acordo (considerando a Lei 13.464/17) e seis meses da publicação do Decreto 11.545/23, o governo federal faz, à categoria, a segunda proposta para implementação do pagamento de bônus de eficiência e produtividade para os Auditores-Fiscais. A primeira, rejeitada em Assembleia Nacional por 95% da categoria, apresentava escalonamento em valores absolutos, sem instrumento de segurança na sua implementação e ainda desconsiderava o pleito da categoria de alteração no texto do decreto.

Os Auditores-Fiscais, depois de dois anos de forte mobilização, estão em greve por tempo indeterminado desde o dia 20 de novembro pela destinação de 25% dos recursos do Plano de Aplicação do Fundaf para o pagamento da remuneração variável a qual têm direito por lei desde 2017.